

ATO Nº 65/TST.GP, DE 6 DE ABRIL DE 2021 (*)

Institui o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTI) no âmbito do TST e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando que assegurar a infraestrutura apropriada às atividades do Tribunal é um dos objetivos estratégicos a serem perseguidos pela instituição;

considerando a necessidade de alinhar os investimentos e a alocação de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aos objetivos estratégicos institucionais;

considerando o disposto no art. 7º da Seção I do Capítulo III da [Resolução nº 370/2021](#) do Conselho Nacional de Justiça para que todos os órgãos do Poder Judiciário constituam ou mantenham um Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;

considerando a necessidade de alinhar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Superior do Trabalho ao Sistema de Governança Institucional, estabelecido pelo [Ato TST.GP nº 387, de 16 de outubro de 2020](#);

considerando o disposto no [Ato TST.GP nº 64, de 6 de abril de 2021](#), que estabelece a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Superior do Trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTI, de caráter permanente, responsável pela Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do TST, com as seguintes funções:

I – consultiva, em relação à Alta Administração e;

II – deliberativa e executiva, em relação à governança e à gestão de TIC.

Art. 2º São atribuições do CGTI:

I – alinhar a governança de TIC às diretrizes institucionais;

II – direcionar, monitorar e avaliar a gestão de TIC, na condição de representante da governança institucional em relação a esse tema;

III – aconselhar a Presidência do TST em matérias relacionadas à TIC;

IV – assessorar o Comitê de Governança Institucional - CGI com relação ao tema de TIC;

V – assegurar o cumprimento dos princípios, diretrizes e normas da governança de TIC do TST;

VI – formular propostas de aperfeiçoamento da governança de TIC;

VII – aconselhar a Alta Administração nas questões atinentes à transformação digital no âmbito do TST e prover o direcionamento das ações que visam a esse objetivo;

VIII – formular propostas de políticas, objetivos, estratégias, indicadores e metas institucionais, investimentos e prioridades de TIC;

IX – recomendar papéis e responsabilidades das instâncias internas de governança incluindo atividades de tomada de decisão, elaboração, implementação e revisão de diretrizes, monitoramento e controle;

X – estimular o uso eficiente, eficaz e inovador da TIC com vista ao alcance dos objetivos organizacionais;

XI – opinar sobre os principais investimentos e sugerir a ordem de alocação de recursos de TIC, consoante as diretrizes e prioridades do TST;

XII – fornecer direcionamento para a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC e do Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - PCSTIC, e suas respectivas revisões;

XIII – submeter à Presidência as propostas do PDTIC e do PCSTIC;

XIV – avaliar e monitorar a execução do PDTIC, do PCSTIC e demais instrumentos estratégicos de TIC, recomendando, quando couber, ações de aperfeiçoamento;

XV – monitorar riscos estratégicos relacionados à TIC;

XVI – recomendar e acompanhar a adoção de boas práticas de governança de TIC, assim como a eficácia e a efetividade de seus processos, propondo atualizações e melhorias quando necessário; e

XVII – propor a criação de grupos, comissões ou comitês técnicos, de caráter permanente ou temporário, com vistas a subsidiar a tomada de decisão.

Art. 3º Integram o CGTI: ([Alterado pelo Art. 1º do ATO TST.GP Nº 701, de 14 de novembro de 2022](#))

I – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pela Presidência do TST, que o coordenará;

II – o Secretário-Geral da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho;

III – o Secretário-Geral da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

IV – o Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal;

V – o Secretário-Geral Judiciário;

VI – Secretário-Geral de Gestão de Processos; ([Alterado pelo Art. 1º do ATO TST.GP Nº 57/2026](#))

VII – Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior do Trabalho; ([Alterado pelo Art.1º do ATO TST.GP Nº 57/2026](#))

VIII – Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; ([Alterado pelo Art. 1º do ATO TST.GP Nº 57/2026](#))

IX – o Secretário de Governança e de Gestão Estratégica do Tribunal Superior do Trabalho. ([Alterado pelo Art. 1º do ATO TST.GP Nº 57/2026](#))

IX – Secretário de Pesquisa Judiciária e de Ciência de Dados; e ([Alterado pelo Art.1º do ATO TST.GP Nº 57/2026](#))

X – Secretário de Governança e de Gestão Estratégica do Tribunal Superior do Trabalho ([Incluído pelo ATO Art. 1º do TST.GP Nº 57/2026](#)).

Art. 4º O Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação se reunirá, ordinariamente, por trimestre e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador.

Art. 5º As deliberações do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação serão encaminhadas à autorização formal do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação e revoga o [Ato TST.GP nº 470, de 28 de setembro de 2016](#), e o [Ato TST.GP nº 92, de 1º de março de 2018](#).

(*) Republicado por força do disposto no Art. 3º do [ATO TST.GP Nº 57, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026](#).

VIEIRA DE MELLO FILHO
Ministro Presidente